

Serviço essencial,
Sindicato indispensável

Sindicato dos Trabalhadores Energéticos do Estado de SP
www.sinergiaspcut.org.br

Eleições 2014

VOTO NÃO TEM PREÇO. TEM CONSEQUÊNCIA

Abaixo, um quadro comparativo do Brasil do ano de 2002 com o Brasil de 2013, em todas as áreas.
Informe-se. Compare. Dia 26 de outubro, vá às urnas e vote consciente

No próximo dia 26, a população brasileira volta às urnas para decidir quem tomará posse como presidente da República em janeiro de 2015. Esse segundo turno das eleições presidenciais é uma disputa entre dois projetos. Em campanha, os dois candidatos defendem estabilidade econômica, continuidade dos programas sociais e combate à corrupção. Mas os projetos se distinguem, uma vez que um representa a continuidade das mudanças e o outro, a volta ao passado. Para uma tomada de decisão consciente, é necessário trazer à memória alguns fatos.

A gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) sugeriu flexibilizar a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), em 2001. Na época, o go-

verno tucano encaminhou à Câmara dos Deputados projeto de lei que alterava o artigo 618 da CLT e estabelecia a prevalência de convenção ou acordo coletivo sobre a legislação trabalhista.

O atual candidato à presidência pelo PSDB, Aécio Neves, então presidente da Câmara, colocou o projeto na pauta de votação e aprovou o texto, ainda em dezembro de 2001. Em seguida, encaminhou a proposta ao Senado Federal, onde deveria ser votada com urgência. Mais de um milhão de pessoas foram às ruas contra a flexibilização das leis trabalhistas em 2002. A tentativa não se concretizou e, um ano depois, o texto foi arquivado a pedido do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Outros fatos importantes

Como constituinte, Aécio votou contra a redução de jornada de trabalho para 40 horas semanais, o que permitiria a criação de milhões de novos empregos, aumentaria a qualidade de vida dos trabalhadores e beneficiaria toda a sociedade. Também votou pelo adicional de hora extra de apenas 50%, defendido pelos empresários, em vez dos 100%, defendidos pelos representantes dos trabalhadores. Já em 2011, votou contra a Política de Valorização do Salário Mínimo. E o que dizer do seu governo em MG? Os investimentos em educação caíram durante o governo de Aécio, que deixou de cumprir, por vários anos, o investimento mínimo de 25%

da receita em educação, como determina a Constituição. E esse estado não paga o piso salarial dos professores.

Governo novo, ideias novas

Já o programa da petista Dilma Rousseff é a garantia de continuar avançando. Com o quadro abaixo, elaborado pelo conceituado professor Moniz Bandeira, você terá dados concretos, com fontes seguras e oficiais (especificadas ao final), para conseguir fazer uma comparação entre os governos Lula e Dilma e os anteriores.

É isso que está em jogo: a continuidade do governo de mudanças Lula-Dilma, com inclusão social, ou a volta ao passado. Compare. E, no dia 26, vote consciente!



Tema	2002 (Governo FHC)	2013 (Governo PT)
Produto Interno Bruto	R\$1,48 trilhões	R\$ 4,84 trilhões
PIB per capita	R\$ 7,6 mil	R\$ 24,1 mil
Dívida líquida setor público	R\$ 60% do PIB	34% do PIB
Lucro do BNDES	R\$ 550 milhões	R\$ 8,15 bilhões
Lucro do Banco do Brasil	R\$ 2 bilhões	R\$ 15,8 bilhões
Lucro da Caixa Econ. Federal	R\$ 1,1 bilhão	R\$ 6,7 bilhões
Produção de veículos	R\$ 1,8 milhão	R\$ 3,7 milhões
Safra agrícola	97 milhões toneladas	188 milhões toneladas
Invest. estrangeiro direto	US\$ 16,6 bilhões	US\$ 64 bilhões
Reservas internacionais	US\$ 37 bilhões	US\$ 375,8 bilhões
Índice Bovespa	11.268 pontos	51.507 pontos
Empregos gerados	627 mil/ano	1,79 milhões/ano
Taxa de desemprego	12,2%	5,4%
Valor de mercado Petrobras	R\$ 15,5 bilhões	R\$ 104,9 bilhões
Lucro médio da Petrobras	R\$ 4,2 bilhões/ano	R\$ 25,6 bilhões/ano
Falências requeridas/ano ¹	25.587	5.795
Salário mínimo	R\$ 200 (1,42 cestas) ²	R\$ 724 (2,24 cestas) ²
Dívida externa x reservas	557%	81%
Posição/Economias mundiais	13 ^a	7 ^a
Prouni	-	1,2 milhões de bolsas
Salário mínimo em dólares	86,21	305,00
Passagens aéreas vendidas	33 milhões	100 milhões
Exportações	US\$ 60,3 bilhões	US\$ 242 bilhões
Inflação anual média	9,1%	5,8%
Pronatec	-	6 milhões de pessoas
Taxa Selic	18,9%	8,5%
Minha Casa Minha Vida	-	1,5 milhão de famílias
Luz Para Todos	-	9,5 milhões de pessoas

¹média

²cestas básicas

Tema	2002 (Governo FHC)	2013 (Governo PT)
Capacidade energética	74.800 MW ¹	122.900 MW
Ciência Sem Fronteiras	-	100 mil beneficiados
Mais Médicos (± 14 mil médicos)	-	50 milhões beneficiados
Brasil Sem Miséria	Não fornecido	22 milhões
Universidades federais criadas	0	18
Escolas técnicas criadas	0 (1500 a 1994: 140)	214
Desigualdade social	Queda de 2,2%	Queda de 11,4%
Produtividade	Aumento de 0,3%	Aumento de 13,2%
Taxa de Pobreza	34%	15%
Taxa de extrema pobreza	15%	5,2%
IDH (Índice de Desenv.Humano)	0,669 (2000)/0,699 (2008)	0,730 (2012)
Mortalidade infantil	25,3/1000 nascidos vivos	12,9/1000 nascidos vivos
Gastos públicos em Saúde	R\$ 28 bilhões	R\$ 106 bilhões
Gastos públicos com Educação	R\$ 17 bilhões	R\$ 94 bilhões
Estudantes no Ensino Superior	583.800 (2003)	1.087.400
Risco Brasil (IPEA)	1.446	224
Operações da Polícia Federal	48	1.273 (15 mil presos)
Varas da Justiça Federal	100	513

¹2001

² Retiradas da extrema pobreza

49,38 milhões
de pessoas ascenderam
à nova classe média

42 milhões
de pessoas saíram
da miséria

Fontes: www.dpf.gov.br/agencia/estatisticas,
www.washingtonpost.com, OMS, Unicef, Banco Mundial, ONU,
Índice de GINI: www.ipeadata.gov.br, Ministério da Educação, IBGE
e Banco Mundial

Elaboração: Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira, professor universitário, cientista político, historiador luso-brasileiro, especialista em política exterior do Brasil e suas relações internacionais. Formado em Direito e doutorou-se em Ciência Política pela USP.

Outros destaques desta edição

O uso do EPI e a periculosidade

Página 02

Assédio moral na Cesp e na CTEEP

Página 03

AES Tietê: desvio de função na Justiça

Página 03

Falta de água: crise anunciada

Página 04

AGONTECEU**17 de outubro: Dia do Eletricista!**

Conforto, comodidade e segurança são alguns dos muitos benefícios decorrentes da eletricidade, que é a característica marcante da civilização moderna. A geração e o fornecimento da energia, a qual propõe inúmeros benefícios à população, têm que ser feitos de forma cautelosa e profissional para não haver riscos à segurança do próprio profissional e da sociedade.

Sem bons eletricitistas não haveria modernização! Na última sexta-feira, 17 de outubro, foi o Dia do Eletricista. O Sinergia CUT agradece aos companheiros da categoria pelo importante serviço que desempenham todos os dias. E o Sindicato garante que continuará a luta por melhores condições de trabalho e pelo reconhecimento dos profissionais que se esforçam e se dedicam, todos os dias, em prol de toda uma sociedade. Parabéns, eletricitistas!

Associação dos Aposentados da Comgás completa 34 anos

A Associação dos Aposentados da Comgás, entidade coirmã do Sindgasista, está completando seu 34º aniversário. O aniversário foi comemorado com café da manhã festivo no último dia 9 de outubro, na sede do Sindgasista, em São Paulo. Durante o evento, a direção sindical apresentou aos aposentados o selo escolhido para marcar as celebrações do 70º aniversário do Sindgasista e fez uma projeção de fotos selecionadas pelo Centro de Documentação e Memória (CDM-Sindgasista) com os momentos de participação aguerrida e assídua dos aposentados nas lutas dos gasistas e nas mobilizações gerais dos trabalhadores.

UHE Três Irmãos**Tijoa solicita à Cesp mais três meses de operação assistida**

O Contrato de Concessão da Usina Hidrelétrica Três Irmãos foi assinado no dia 10 de setembro pelo Ministério de Minas e Energia. Com isso, a vencedora do leilão realizado pela Aneel em março passado, Tijoa Participações e Investimentos S.A., é a responsável pela operação e manutenção da hidrelétrica por 30 anos, contados a partir de 10 de outubro. Apesar disso, na prática, quem continua operando a Usina é a Cesp, uma vez que a Tijoa solicitou mais três meses de operação assistida.

Quanto à situação dos trabalhadores da Três Irmãos, a concessionária ficou de apresentar uma proposta até o dia 09 de outubro, o que de fato não ocorreu. Na verdade, ela contratou uma empresa de Recursos Humanos para elaborar um estudo sobre essa questão. Assim que essa proposta ficar pronta e antes de ser implementada, a Tijoa se comprometeu em apresentá-la ao Sindicato que, por sua vez, quer debater os possíveis impactos das alterações aos trabalhadores.

**O fim da periculosidade com o uso de EPI?**

O fato de o trabalhador utilizar equipamento de proteção individual (EPI), que reduz os efeitos nocivos de um agente insalubre, elimina o reconhecimento da atividade especial, para fins de concessão de aposentadoria especial? Para o Sinergia CUT não.

Mas, o Supremo Tribunal Federal (STF) deu início ao julgamento do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE 664335), em que o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) pede que não seja concedida a aposentadoria especial nos casos em que o trabalhador tiver feito uso de EPI e esse equipamento for informado no Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) pela empresa como eficaz.

O STF reconheceu a existência de

Repercussão Geral dessa questão, sendo que o tema recebeu o nº 555. O julgamento desse recurso servirá de parâmetro para todos os tribunais brasileiros.

Para sensibilizar os ministros do STF, o Sinergia CUT pede para que os eletricitários assinem a petição pública eletrônica "Pela Justiça Social Previdenciária nos casos de Desaposentação (RE 661256 tema 503) e Reconhecimento de Atividade Especial mesmo com uso de EPI (RE 664335 tema 555) no STF" - www.peticaopublica.com.br/psign.aspx?pi=previdenciarias.

Para assinar essa petição eletrônica, basta apenas preencher os campos disponíveis com seus dados ou o usuário entrar com o seu login do Facebook e clicar no botão "Assinar Abaixo-Assina-

do".

O Sinergia CUT defende que o EPI não é eficaz para neutralizar completamente o agente de risco eletricidade ao qual o trabalhador é submetido, visando apenas dar maior conforto para a realização da sua atividade, bem como, para a concessão da aposentadoria especial não é preciso comprovar a perda da capacidade laboral, bastando a mera possibilidade de ocorrência.

O eventual reconhecimento de que o fornecimento de EPIs descaracteriza o tempo de serviço para efeitos de contagem especial acabará por suprimir a aposentadoria especial do ordenamento jurídico brasileiro. Chegou a hora dos eletricitários se unirem para garantir que os direitos dos trabalhadores da área de risco do Brasil, previstos na Constituição Federal, sejam respeitados.

Compartilhamento em pauta na Aneel

Sinergia CUT insiste e abre espaço para discutir o assunto

"Vencer é nunca desistir". A frase é de um dos pais da ciência moderna, Albert Einstein, e cabe muito bem para os trabalhadores energéticos do Estado de São Paulo. No dia 25 de setembro, o Sindicato, juntamente com outras entidades representativas dos trabalhadores, como Sinergia MS e Sindicato dos Eletricitários de Tocantins, estiveram reunidos com representantes da Aneel para, mais uma vez, discutir uma questão de extrema importância aos trabalhadores e à sociedade: as consequências do Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura entre geradoras, transmissoras e distribuidoras. Essa prática visa reduzir custos de produção e despesas administrativas e, consequentemente, maximizar o lucro das empresas em detrimento da qualidade de vida no trabalho e prestação de serviços públicos.

Vale ressaltar que, no ano passado, o Sindicato já havia encaminhado contribuição à Consulta Pública 012/2013, que tratava do compartilhamento, uma



Sinergia CUT

servou a direção do Sindicato.

Uma luz

Na reunião ocorrida no dia 25 de setembro, o Sinergia CUT apresentou duras críticas à Agência, cobrando uma postura de fato e de prática na busca de uma solução para a questão do compartilhamento.

Os representantes da Aneel, então, se comprometeram a apresentar ainda neste mês de outubro, uma Minuta de Resolução sobre o Compartilhamento, que deverá ser disponibilizada por 10 a 15 dias no portal da Agência na internet, para contribuições.

Além disso, ficou garantido o agendamento de uma reunião pública, entre Aneel, empresas envolvidas e entidades representativas dos trabalhadores, para debater essa Minuta. Somente após todo esse processo é que deverá ser publicada uma Resolução final sobre o Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura entre geradoras, transmissoras e distribuidoras.

Publicação de responsabilidade do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas e do Sindicato dos Energéticos do Estado de São Paulo.

Sede: Rua Doutor Quirino, 1511 - Centro - Campinas, SP - CEP: 13015-082. **Fones:** **Campinas** (19)3739-4600 / 0800-171611; **São Paulo** (11) 5571-6175; **SindGasista** (11) 3313-5299; **Bauri** (14)3234-8445; **Ilha Solteira** (18)3742-2828; **Presidente Prudente** (18) 3903-5035; **Ribeirão Preto** (16)3626-8676

Rio Claro (19)3524-3712; **Baixada Santista** (13)3222-6466; **São José do R. Preto** (17) 3215-1188 ; **Vale do Paraíba** (12)3622-4245;

SindLitoral (13)3422-1940; **SindPrudente** (18)3222-1986; **SindLuz Araraquara** (16) 3332-2074

Diretor de Comunicação: Paulo Robin

Redação e diagramação: Débora Piloni (MTb 25172), Elias Aredes Jr. (MTb 26850), Lillian Parise (MTb 13522) e Nice Bulhões (MTb/MS 74)

Fotografia: Roberto Claro **Ilustração:** Ubiratan Dantas

E-mail: imprensa@sinergiascut.org.br **Tiragem:** 7.000 exemplares

EXPEDIENTE



Denúncias

Assédio moral e “terrorismo” na Cesp...**Trabalhadores denunciam atitudes arbitrárias cometidas por chefias dentro das localidades das empresas**

O Sinergia CUT vem recebendo diversas denúncias a respeito de atos de “terrorismo” e assédio moral que estariam ocorrendo na Usina de Três Irmãos e também em Ilha Solteira. De acordo com as informações, o responsável pelos operadores seria o autor dessas práticas arbitrárias.

Entre outras medidas, o denunciado estaria coibindo os trabalhadores de participar de reunião de Cipa (incluindo os próprios membros da Comissão); regulando os horários para a realização de exames médicos periódicos (limitando a realização da bateria de exames em, no máximo, duas horas para cada trabalhador); e deixan-

do de pagar a refeição e auxílio lanche para o trabalhador convocado durante a folga de escala. Tudo isso estaria criando um clima de instabilidade e insegurança entre as equipes.

A partir dessas denúncias, o Sindicato procurou a direção da Cesp e cobrou providências. A empresa, então, alegou que esse tipo de atitude denunciada não faz parte da prática da empresa e que estaria orientando o tal responsável para mudar esses procedimentos.

Além disso, designou uma Assistente Social para checar junto aos trabalhadores o que realmente vem ocorrendo.

No último dia 07 de outubro, em reunião com a geradora, o Sindicato reafirmou que não irá tolerar mais tal comportamento desse encarregado com os trabalhadores. Afinal... quem é autoridade na empresa: o responsável pelos operadores ou o Recursos Humanos da Cesp???

**... e, na CTEEP, práticas abusivas e precarização**

Assim como a Cesp, a CTEEP também vem sendo alvo de denúncias sobre práticas abusivas e assédio moral. São inúmeros os relatos a respeito do não pagamento do sobreaviso para os trabalhadores do PA. A inversão e deslocamento de jornada a critério da empresa, sem negociação com o Sindicato, e as precárias condições de trabalho são afronta ao ACT. Faz-se necessário a contratação de mais trabalhadores.

Prova disso é que, através de e-mail enviado pela Regional de Jupiá aos técnicos SE, a Coordenadoria de Manutenção estaria “forçando a barra” para que os trabalhadores forneçam, além do celular, um telefone fixo na escala de sobreaviso, visando facilitar o contato da chefia com o trabalhador em disponibilidade. Confira trecho da mensagem enviada aos traba-

lhadores:

“Apesar de não ser obrigatório ter o número do telefone fixo na escala, é importante saber que no meio onde trabalhamos (...) o acionamento e disponibilidade são vitais (...). (...) sabemos que o telefone celular muitas vezes não funciona (...); por outro lado a questão de disponibilidade é um dos itens que avaliamos durante a carreira dos empregados, para promoção, mérito, etc.”.

O sobreaviso e a inversão de jornada, segundo as denúncias que chegaram ao Sindicato, tem se tornado rotina entre os trabalhadores da CTEEP. E a falta de condições para o trabalho (iluminação precária à noite, equipamentos energizados, etc), também pode induzir os profissionais a erros, culminando em acidentes graves e em uma prestação de servi-

ço público sem a qualidade devida.

Preocupado com a segurança e integridade física dos trabalhadores, o Sinergia CUT já entrou em contato com a empresa e informou que, caso não haja providências imediatas para reverter a situação, tomará todas as medidas cabíveis na tentativa de evitar mais acidentes e mortes no setor.

Férias: A CTEEP, unilateralmente, normatizou que os trabalhadores de escala de revezamento não poderão parcelar as férias integrais em dois períodos de 15 dias, desde 30 de setembro. O Sindicato solicitou reunião com a empresa, que ainda não respondeu.

Negociação

Justiça marca nova audiência com AES Tietê para tentar corrigir desvio de função**Nova mesa redonda foi marcada para esta sexta (24) e procuradora já apresentou proposta de minuta à empresa em caso de acordo**

A AES Tietê apresentou uma nova versão para o descritivo das funções de mantenedor (I, II, III, IV) durante audiência, realizada no último dia 03, na Procuradoria Regional do Trabalho (PRT). A empresa informou que alterou a versão anterior entregue na PRT e espera, com isso, ter resolvido o problema do desvio de função constante da ação civil pública, movida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT).

Nessa audiência, participaram pela

empresa Carlos Eduardo de Faria Della Torre e dois advogados.

O Sindicato esclareceu, na ocasião, que estava recebendo o documento somente naquele momento, o que a AES Tietê confirmou. Com isso, seria necessária nova análise.

O Sinergia CUT informou à procuradora que a empresa alterou a nomenclatura dos cargos, passando de operador para mantenedor. E mais: a atividade de operador, antes feita por

dois trabalhadores, em algumas localidades já passou a ser realizada por uma única pessoa, o que caracteriza trabalho isolado, descumprimento da NR-10, e acréscimo de atividades para o trabalhador.

Diante da nova proposta da empresa sobre a delimitação das funções, a Justiça adiou a audiência e pediu para Sindicato e empresa negociarem a questão até a próxima audiência, agendada para esta sexta-feira (24).

**CURTAS****Sindicato buscará abrir negociação com Eletronorte para tratar de horas “in itinere”**

Mesmo após o representante da Eletronorte informar, em agosto passado, que pagaria o passivo para os trabalhadores da manutenção na folha de setembro e os operadores deveriam receber em novembro, a empresa não pagou o retroativo das horas “in itinere”.

No final de setembro, a empresa fez uma proposta de pagar desde que fosse aprovado um parcelamento em 05 vezes e com deságio de 15%, inclusive enviou um termo de acordo com essa proposta. Todos os trabalhadores passaram a receber as horas “in itinere” logo após assinatura da ata, em maio.

Em virtude da Eletronorte ter apresentado somente no final de setembro passado a proposta de parcelamento do passivo e deságio de 15%, o Sindicato ressalta que em momento algum foi ventilado sobre essa possibilidade nas inúmeras conversas. O STIEEC está encaminhando a proposta pela rejeição e solicitará reabertura do processo de negociação junto à empresa.

Sinergia CUT discute Escala/Jornada com a CPFL

Aconteceu no último dia 14 a primeira reunião entre o Sindicato e a direção da CPFL para tratar sobre assuntos pendentes que ficaram de ser negociados após a Campanha Salarial. Entre os pontos a serem tratados, está a questão da Escala/Jornada. Nesta primeira rodada, foram levantadas algumas premissas de Escala. A empresa se comprometeu a elaborar uma proposta e apresentá-la em uma próxima reunião, que deverá ocorrer ainda nesta semana. Aguarde.

Eleição de CIPA na MW Service

Ocorre nesta terça (21) na A MW Service, a eleição para escolha dos representantes dos trabalhadores nas CIPAS (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes), para a gestão 2014/2015.

Vale ressaltar que a Cipa é um local privilegiado de atuação sindical que tem o objetivo de resguardar os direitos dos trabalhadores contra a precarização das condições de trabalho que implicam em acidentes e mortes no setor. Por isso, participe desse processo!!!

Sindicato parabeniza os eleitos no Conselho de Administração e Comitê Gestor da CTEEP

Nos dias 22 e 23 de setembro ocorreu a eleição na CTEEP para escolher o representante dos trabalhadores no Conselho de Administração e no Comitê Gestor Ativos, Coligados e Autopatrocinados da CTEEP. Conforme ata de apuração, seguem os resultados:

- **Conselho de Administração:** foi eleito Samuel Elias de Souza;
- **Comitê Gestor dos Ativos, Coligados e Autopatrocinados:** foram eleitos os companheiros Geraldo Braga (titular) e Gilmar Ferreira dos Santos (suplente);
- **Comitê Gestor dos Representantes dos Assistidos e Pensionistas:** foram eleitos por aclamação os companheiros Nilson Polinario (titular) e Sergio Lyra (Suplente) pela Comissão Eleitoral devido ao fato de ter apenas uma chapa inscrita.

Falta de água

A história de uma crise anunciada 2

Governo tucano quer que população economize água, mas não evita desperdício de 30% com vazamentos. Política de desmonte do projeto neoliberal que não investe para garantir a qualidade dos serviços públicos. Esse filme nós já vimos

Não é de hoje que o Sinergia CUT denuncia a irresponsabilidade do governo tucano de Geraldo Alckmin na maior crise de abastecimento de água já vivida pelos paulistas. Candidato à reeleição para o governo de SP, Alckmin e aliados negavam a crise hídrica, adiantavam o racionamento e jogavam a culpa da diminuição dos níveis do Cantareira na conta de São Pedro.

Um vale tudo para adiar medidas consideradas impopulares em período eleitoral, mas que deveriam ter sido encaradas com urgência para evitar o que certamente pode vir a ser uma calamidade pública, principalmente nas regiões de São Paulo e Campinas, com uma população estimada em 25 milhões e responsável pela geração de 23% do PIB nacional.

“Estelionato eleitoral”

Fechadas as urnas, contados os votos e garantida a reeleição, a verdade veio à tona, inclusive nas manchetes dos grandes jornais. Na ressaca da eleição, o grave risco de desabastecimento rompe o silêncio e escancara a realidade cruel que vai muito além da estiagem e do calor atípico. “Verdadeiro estelionato eleitoral”, define o Sinergia CUT.

Em várias cidades do interior, a população já sofre com o racionamento e a falta de água atinge todas as regiões da capital dia sim, outro também. A primeira cota do volume morto - água situada abaixo da faixa de captação - que começou a ser usada em maio caiu para 4,5% e deve acabar em um mês.

Inércia tucana

Uma grave realidade que não passa de uma crise anunciada há tempos. Nesses mais de vinte anos de governo tucano em SP, a incompetência neoliberal ignorou os investimentos necessários para proteger os mananciais, garantir o tratamento de esgoto e dejetos industriais, reduzir o desperdício

na produção e no consumo e aumentar a capacidade de reserva para reforçar o abastecimento da população.

Só para ter uma ideia, em depoimento à CPI instalada na Câmara de São Paulo, a presidenta da Sabesp admitiu que as perdas totais em vazamentos de canos e tubulações continuam em torno de 30%, mesmo índice dos últimos seis anos. Resumo da ópera: a Sabesp pede para os paulistas economizarem água, mas não investe nada para evitar o desperdício.

Política de desmonte

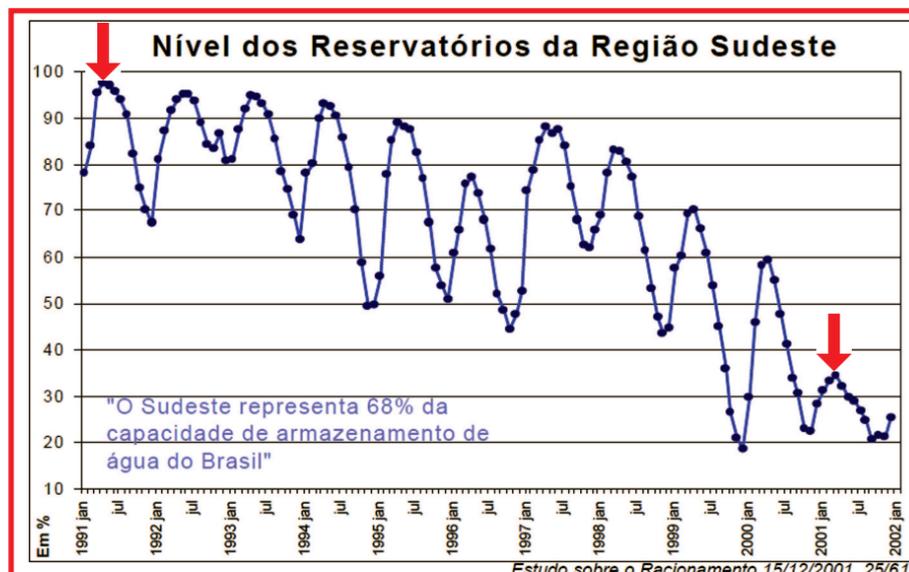
Aliás, o demonte de empresas prestadoras de serviços públicos é marca registrada do jeito tucano de governar. Uma história que já é velha conhecida do Sindicato e dos trabalhadores do setor energético desde o governo FHC.

Levantamento de especialistas comprovam que, em 1992, a relação entre a expansão da capacidade instalada atendia plenamente à demanda do consumo de energia. Na presidência, entre os anos 1995 e 2002, além de viabilizar a privatária tucana em SP, FHC não investiu um centavo na expansão da geração e da rede de transmissão para atender o crescimento da demanda.

Apagão de investimentos

À época, os reservatórios da região sudeste eram responsáveis por 68% do armazenamento hídrico do Brasil. Sem investimentos, a irresponsabilidade do governo tucano usou a “poupança” dos reservatórios para suprir a diferença entre a oferta e a demanda. Em pouco tempo, o esvaziamento dos rios foi tão grande que jogou o Brasil no escuro, impondo o maior racionamento de energia elétrica da história entre o final de 2001 e fevereiro de 2002 (*leia gráfico*).

Vale lembrar que a população das regiões nordeste, sudeste e centro oeste foram obrigadas a reduzir o consu-



Tucanos provocam esvaziamento dos rios: “Nunca mais os reservatórios retornarão aos 100% de capacidade”

Para entender o gráfico: em março de 1991, fim do verão, os níveis dos reservatórios voltaram aos 100%, situação que se manteve até 1994. A partir daí, com a falta de investimentos e o desmonte para privatização, as reservas foram diminuindo até que, em março de 2001, o nível dos reservatórios atingiram apenas 35% de sua capacidade.

mo de energia em 25%, resultado da falta de investimentos também em redes de transmissão para transportar a energia disponível nas regiões norte e sul.

“O mais grave é que essa política tucana de esvaziamento provocou uma mudança estrutural nos nossos rios. Isso significa que nunca mais os reservatórios vão retornar aos níveis de 1991, quando estavam com 100% de capacidade”, alerta o Sinergia CUT.

PT garante energia

Como agora, às vésperas das eleições gerais de 2002, FHC suspendeu o racionamento na tentativa de eleger o sucessor tucano. Na época, o estelionato eleitoral fracassou e o povo brasileiro elegeu o petista Luiz Inácio Lula da Silva, o primeiro operário presidente do Brasil.

De lá para cá, a política energética brasileira tomou novos rumos, com mudanças decisivas para a retomada do planejamento do setor e dos investimentos necessários na expansão da geração e transmissão, através de parcerias entre empresas estatais federais e privadas.

O aumento da capacidade de geração principalmente na região norte, agora interligada com redes de transmissão em todo o país, inverteu a lógica tucana. Entre 2001 e 2013, o consumo de energia cresceu 50,8% enquanto a capacidade instalada aumentou 72,4%.

É exatamente essa política de investimentos - aliada à utilização das termoelétricas - que explica porque, apesar da estiagem e do baixo nível dos rios, o Brasil não corre risco de racionamento. Nem hoje, nem amanhã.

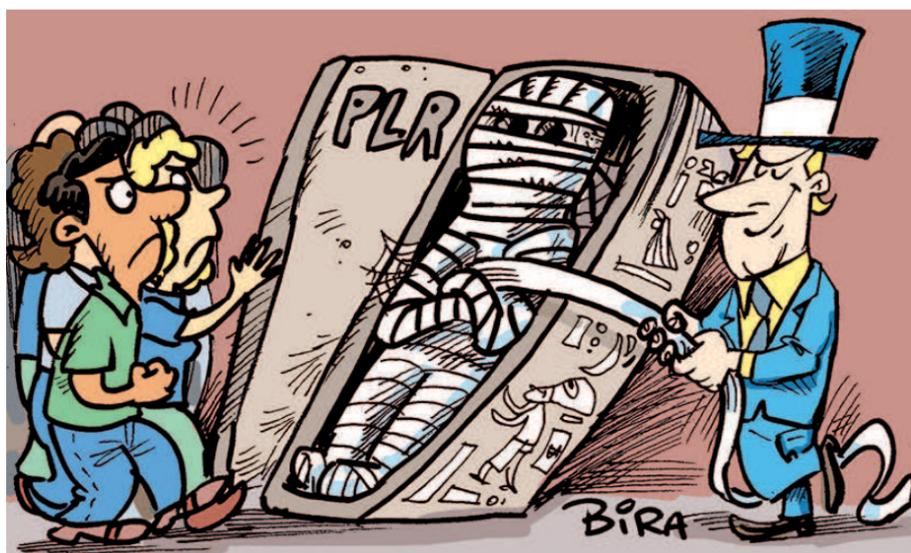
PLR Elektro: sem avanços nas negociações

Já a terceira rodada, empresa apresenta proposta que não melhora os valores da PLR dos trabalhadores. Nova reunião deve acontecer nos próximos dias, em data ainda a ser marcada

No último dia 09, o Sinergia CUT participou da terceira rodada de negociação com a Elektro a respeito da PLR 2015 e 2016. Na ocasião, a empresa apresentou a proposta de um novo indicador em substituição ao atual Observação de Segurança: Apuração de Mão de Obra (apontamento).

O Sinergia CUT destacou que já existem na PLR o DEC e a Disponibilidade do Call Center como indicadores técnicos e reiterou que a proposta seria de retirada do Observação de Segurança com a manutenção dos pesos dos indicadores existentes. Além disso, foi sugerido também um novo indicador que pudesse agregar um plus no valor do montante da PLR caso fosse atingido.

A Elektro, por sua vez, reafirmou que não tem disponibilidade para au-



mentar o atual percentual do Resultado de Serviço (1,5%), o que traria maior possibilidade de ganho no va-

lor da PLR. afirmou, no entanto, que pretende apresentar um estudo que possa garantir um valor mínimo para

ser apresentado na próxima reunião. Vale lembrar que a empresa já manifestou que pretende negociar essa PLR por dois anos, desde que seja garantida também a dos gestores.

A melhor empresa para se remunerar

Durante a reunião, o Sinergia CUT levantou a seguinte questão: “é inadmissível que, na terceira rodada de negociação, a mesma empresa que consecutivamente tem conquistado prêmios – mérito da gestão e principalmente da capacidade e responsabilidade de todos os trabalhadores – , enrole para apresentar uma proposta decente com melhora nos valores da PLR”.

Nova reunião deve acontecer nesta semana em data ainda a ser marcada.